

Trabalho e educação: do trabalho vital ao trabalho alienado, um sistema educacional dual com distribuição desigual e diferenciada de educação

Work and education: from vital work to alienated work, a dual educational system with unequal and differentiated distribution of education

Elane Rodrigues de Oliveira

199

Resumo: O texto traz uma breve sistematização sobre a relação trabalho e educação a partir da historicidade e contradições no sistema capitalista. Neste texto, ocorre a discussão sobre a maneira como Marx define trabalho sendo uma atividade vital, bem como uma necessidade natural e eterna para a condição de existência do homem. Ademais, Marx vai dizer que o trabalho deixou de ser trabalho vital para a sobrevivência da humanidade e se tornou uma atividade imposta extrínseca, dolorosa; voltada para a produção de valor de troca necessária para o enriquecimento da burguesia. É oportuno evidenciar que se tem também a educação atrelada aos interesses da classe dominante, uma educação dual sendo uma para aqueles que pensam e outra para aqueles que executam o trabalho.

Palavras chave: Marxismo; Trabalho; Educação; Capitalismo.

Abstract: The text provides a brief systematization of the relationship between work and education based on the historicity and contradictions of the capitalist system. This text discusses how Marx defines work as a vital activity, as well as a natural and eternal necessity for man's condition of existence. In addition, Marx goes on to say that work has ceased to be vital for the survival of humanity and has become an extrinsic, painful, imposed activity aimed at producing the exchange value necessary for the enrichment of the bourgeoisie. It should be noted that education is also tied to the interests of the ruling class, a dual education, one for those who think and the other for those who do the work.

Key-words: Marxism; Labor; Education; Capitalism.

Introdução

O texto que segue busca apresentar a relação entre trabalho e educação sendo este um tema de grande relevância ao discutir as mudanças históricas, assim como a luta da classe trabalhadora por um novo projeto hegemônico com participação social. Para tal compreensão, retomamos elaborações marxistas sobre a dimensão ontológica do trabalho no sentido de compreender a forma como estabelecemos relação com o mundo e evoluímos na condição de seres humanos. É fundamental também compreender a relação do trabalho e da educação com a história humana e seu contexto, bem como a emancipação dos sujeitos na formação da classe trabalhadora. Para isso,



tomamos como base teórica para o enquadramento conceitual do tema em estudo os seguintes autores: Marx (2009, 2013); Lukács (1978); Frigotto (2006, 2015); Saviani (2003, 2007) entre outros.

Para esses teóricos, o trabalho possui grande relevância por ser a atividade que dá sustentação à vida, que dá sentido à existência dos indivíduos e que estabelece um caráter social. Outrossim, é no trabalho que se manifesta a superioridade humana diante os demais seres vivos, principalmente ao produzir seu meio de existência. Já o trabalho como princípio educativo tem relação com a formação integral do homem e emancipação humana da classe trabalhadora, ainda que no capitalismo tenha um caráter desumanizador. Buscou-se destacar elementos que norteiam e fundamentam os projetos societários de sociedade, trabalho e educação em disputa. Assim, a discussão sobre o trabalho como princípio educativo é fator essencial quando pensamos em uma outra sociedade que contemple a formação e emancipação humana.

O conceito da categoria Trabalho em Marx e a apropriação privada

Marx e Engels (2009) salientam que para estudar a categoria trabalho é fundamental entender o processo histórico de forma concreta, real e objetiva, isto é, em sua totalidade. É oportuno apreender as relações contraditórias que vão dar origem à divisão do trabalho e a sociedade privada, a fim de compreender como se estabelecem as relações ao longo do processo histórico humano. Em “O Capital”, Marx afirma o caráter ontológico do trabalho e sua condição fundante do ser social. Conceitua trabalho como “um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 2013, p.326).

Nessa perspectiva, é fundamental compreendermos o modo como Marx trata as questões fundamentais de sua filosofia como: o homem, o trabalho, a política, a emancipação, entre outras. Assim,

[...] a primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, sobretudo, a organização corpórea desses indivíduos e a relação por isso existente com o resto da natureza. Não podemos entrar aqui, naturalmente, nem na



constituição física que os próprios homens encontraram - as condições geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras. Toda historiografia tem de partir dessas bases naturais e de sua modificação ao longo da própria história pela ação humana dos homens (Marx; Engels, 2009, p. 24).

Nesse sentido, é “o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social” que “põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho” (Lukács, 1978, p. 5). Mesmo que o trabalho seja o ponto de partida do processo de humanização, na sociabilidade burguesa figura como uma mera atividade de subsistência, de satisfação de carências imediatas da classe trabalhadora, o que requer a superação do estranhamento mediante as condições degradantes do trabalho capitalista.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (Marx, 2013, p. 326-327).

Marx (2013, p. 327) ressalta que “não se trata, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho”. Este autor defende que as condições de sobreviver e fazer história são os primeiros pressupostos para a existência humana e de toda história, o que, por sua vez, está relacionado ao trabalho, pois para garantir a sua sobrevivência o sujeito precisa suprir as suas necessidades básicas por meio de condições essenciais como, por exemplo, o que comer, vestir e onde morar; age sobre a natureza, modifica-a, transformar a si mesmo. Marx (2013) profere ainda que essas relações entre si e com a natureza ocorrem por meio do trabalho, porque é a partir do trabalho que acontece a construção das relações da estrutura e superestrutura de determinada sociedade.

Assim sendo,



O primeiro ato histórico é, pois a produção dos meios necessários para satisfação dessas necessidades, produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história [...] segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades- e essa produção de novas necessidades se constitui o primeiro ato histórico. A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar a relação entre homem e mulher, entre pai e filhos, a família. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades [...] (Marx; Engels, 2009, p. 33-34).

No âmbito das relações sociais capitalistas, o trabalho é estranhado ao sujeito que trabalha, pois, diferente dos meios de produção, é obrigado a vender sua força de trabalho aos donos dos meios de produção que controlam o processo produtivo. Para compreendermos essa transição na vida humana, buscamos o entendimento em Wood (1998) que, com base nos estudos de Marx, resgata as origens agrárias do capitalismo. A autora chama a atenção para o fato de o capitalismo ter nascido no campo, diferentemente daquilo que é divulgado na cultura ocidental de que as origens das relações capitalistas são urbanas.

Wood (1998) explicita que por muitos milênios os seres humanos sanaram as suas necessidades a partir do trabalho com a terra. Apenas depois ocorreu a divisão entre aqueles que trabalhavam e aqueles que se apropriaram dos produtos do trabalho. Na sociedade anterior ao capitalismo, os produtores tinham acesso direto aos meios de produção. No entanto, a expropriação do excedente era feita pelos senhores rurais, até mesmo o Estado. A autora afirma que, até o século XVII, a maior parte do mundo estava livre da presença do mercado, ou seja, o excedente da produção era comercializado sem a presença do mercado, da competição e da acumulação.

O princípio dominante do comércio, em todo o lugar era `lucro por meio da venda`, ou `comprar barato para vender caro`. Comprando barato num mercado, vendo caro em outro [...] O camponês médio produzia não somente suas próprias necessidades alimentares, mas também outros artigos corriqueiros como tecidos de que necessitavam. Eles podiam



levar seus excedentes para os mercados locais, onde eram trocados por outros produtos e produtos agrícolas até podiam ser vendidos em mercados mais distantes. Mas também nesses casos os princípios do comércio eram aqueles aplicados aos produtos manufaturados (Wood,1998, p. 15-16).

É oportuno salientar que nem em todos os lugares a situação era a mesma. Wood (1998) explica que no período, por exemplo, a Inglaterra, no século XVI, se desenvolvia em uma nova direção, tinha condições peculiares, tanto econômicas quanto políticas. Diversos acontecimentos surgiam naquele momento, existia uma grande coesão militar e política. Vale frisar que, no século XVI, a Inglaterra já havia percorrido um longo caminho no sentido de eliminar a fragmentação feudal do Estado e da soberania “dividida” herdada do feudalismo. De modo semelhante, a Inglaterra possuía uma rede de estradas e de vias de transportes fluviais e marítimas, além da alta concentração de terras, o que permitia aos senhores a possibilidade de fazer uso de suas terras de diferentes maneiras. Assim, ocorreu o surgimento de novas formas de apropriação do excedente.

Consoante Wood (1998), o efeito do sistema de relações foi tornar muitos agricultores dependentes do mercado, não apenas para a venda dos produtos, mas devido ao acesso à terra, como também em razão de que os meios de produção sejam mediados pelo mercado. A autora explica que existia um mercado de aluguel de terras no qual arrendatários em potencial tinham de competir.

Nesse mercado, a garantia do arrendamento dependia da capacidade de pagar o valor corrente do aluguel, e a falta de competitividade podia significar a direta perda da terra. Para alcançar uma renda adequada numa situação em que outros arrendatários em potencial estavam competindo pelo mesmo contrato de aluguel, os arrendatários eram compelidos a produzir mais barato sob pena de perderem a terra (Wood, 1998, p.18).

Essa competitividade gerava para os camponeses autoexploração e exclusão de modo que perdessem a terra, ao passo que os proprietários de terra eram sempre os beneficiados promovendo, assim, a ideia de melhoramento. Nesse caso, o melhoramento consistia no aumento da produtividade da terra visando ao lucro. Para a autora, esse conceito permite



entender como a terra ia se tornando um negócio explorando cada vez mais a força de trabalho de alguns tendo em vista o aumento da produtividade e do lucro para outros. Na visão de Wood (1998), o melhoramento revela muito sobre a agricultura inglesa e o capitalismo, pois esse melhoramento vai além de “tornar melhor` em um sentido amplo, mas literalmente fazer algo visando o monetário, e especialmente cultivar terra visando o lucro” (1998, p.19), principalmente por meio do cercamento ou da supressão do desperdício.

Com o tempo, a palavra melhoramento começou a adquirir outro significado que explicava de forma detalhada as técnicas e os seus benefícios. Ressalta-se que melhoramento também foi alvo de interesse dos principais cientistas da Inglaterra, membros da Royal Society (Isaac Newton e Robert Boyle), além de alguns membros mais progressistas das classes dominantes inglesas, como o filósofo John Locke e o seu mentor, todos eles interessados nos melhoramentos agrícolas.

Desse modo, o melhoramento significava mais do que novos métodos e técnicas de cultivo, significava novas formas e concepções de propriedade, implicava propriedades aumentadas e concentradas, também implicava a eliminação de antigos costumes e práticas que atrapalhassem a produtividade da terra, principalmente o modo como os camponeses lidavam com a terra e administravam a produção. Os camponeses tinham em seus costumes meios para lidar com a terra conforme interesses da comunidade, buscando sempre a sua conservação e a distribuição mais justa dos seus frutos, sendo comum essas práticas e costumes (Wood, 1998). Contudo, “[...] do ponto de vista dos proprietários e dos arrendatários capitalistas, a terra devia ser liberada de todo o tipo de obstrução ao seu uso produtivo e lucrativo” (1998, p. 21). Assim sendo, a autora salienta que com o avanço do capital a concepção tradicional de propriedade precisava ser substituída por um novo conceito, o conceito capitalista de propriedade, propriedade não apenas privada, mas excludente. De acordo com Wood (1998), novas concepções de propriedade e acesso à terra estavam sendo realizadas.

Os princípios de melhoramento com base em Locke tinham a propriedade privada “[...] como um direito `natural` baseada naquilo que Locke



considera como meio divino de tornar a terra produtiva e lucrativa, melhorá-la” (p. 21). Dá a entender que a interpretação da teoria de propriedade de Locke sugere que o trabalho estabelece o direito de propriedade, porém o que está em questão é a utilização da propriedade pela exploração produtiva e lucrativa, como podemos ver no excerto a seguir:

Terras sem `melhoramentos`, terra que não se torna produtiva e lucrativa (como, por exemplo, as terras dos indígenas na América) constituem desperdício e, como tal, estabelecem o direito e até mesmo o dever de aqueles decididos a `melhorá-las` se apropriarem dela (Wood, 1998, p. 22).

O conceito de melhoramento era usado para justificar diferentes tipos de expropriação nas mais diferentes regiões, tanto nas colônias quanto nas metrópoles inglesas, intensificando mais os cercamentos, o direito de propriedade, como também causando a extinção do direito de uso daqueles que dependiam da terra para tirar o seu sustento, ocasionando revoltas nos séculos XVI e XVII. Os processos de cercamento, acumulação, expansão e expropriação possibilitaram o surgimento do capitalismo (Wood, 1998). No capitalismo, os trabalhadores em situação de expropriados vendem a sua força de trabalho para a produção de riquezas. Asseguram apenas a sobrevivência e continuam sendo expropriados pelo capital. Nesse sentido, o não pertencimento do que é produzido pelo trabalhador faz da sua relação com o resultado do trabalho uma relação de estranhamento, também estranha sua própria condição de ser social e sua relação com outros seres humanos, questão que desenvolvemos a seguir.

O estranhamento do trabalho

Marx, na obra Manuscritos Econômicos-Filosóficos, de 1844, apresenta a dupla determinação do trabalho. Por um lado, evidencia o trabalho como gênese humana, mediante relação com a natureza, que faz do homem um ser universal, natural e humano, o que distingue o homem do animal. Por outro lado, Marx mostra o trabalho como elemento de subordinação ao capital, como o trabalho estranhado ou alienado, no qual o homem não se reconhece no produto do seu trabalho. Com isso, o produto do seu trabalho é uma atividade



produtiva e alienada. Dessa maneira, o estranhamento do trabalho acontece quando a riqueza produzida é expropriada daqueles que as produzem, os trabalhadores. A sua força de trabalho é transformada em mercadoria sendo vendida ao capitalismo. Ademais, a riqueza produzida é atribuída a um valor de troca em detrimento do valor de uso. O trabalhador torna-se coisa pelo processo de trabalho no capitalismo, bem como enxerga a si e aos outros da mesma maneira (Marx, 2004).

Para Marx, o trabalho é uma dimensão ontológica fundamental da vida humana. O autor compreende que o homem possui capacidade de se realizar como ser livre e universal, capaz de dar rumos à existência humana, isso faz com que esteja em um constante processo de autoconstrução, possibilitada por sua atividade fundamental: o trabalho. Foi por meio dessa atividade, definida por Marx como vital, sendo esta uma necessidade natural e eterna para a condição de existência, bem como toda a riqueza social, que “o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho” (Marx, 2004, p. 80). O homem modificou a realidade natural e, ao modificá-la, criou uma nova realidade, isto é, relações sociais. É nessa relação com a natureza e com os demais homens, mediada pelo trabalho, que o ser humano constrói e reconstrói a sua essência. Destaca-se que a atividade humana se distingue da atividade dos demais seres vivos porque ela envolve a consciência, própria do gênero humano. Por isso, Marx compreende que a atividade vital consciente é uma característica da espécie humana, e é essa capacidade que diferencia a atividade produtiva humana da atividade animal, que é puramente instintiva.

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie da qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza (Marx, 2004, p. 85).



Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx afirma que a produção da vida material humana não ocorre em uma relação imediata entre homem e natureza, mas “o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir” (Marx, 2009, p. 87). A produção da vida por meio do trabalho não deve ser compreendida como uma mera reprodução da existência física dos homens. Ela é, antes, um determinado modo de vida dos indivíduos, ou seja, a vida dos homens em cada época histórica coincide com a sua produção. Os homens são aquilo que eles fazem por si mesmos pelo trabalho.

A existência humana não está totalmente determinada pelas condições materiais dadas. Nesse sentido, nada está determinado. Os homens podem romper com as condições do mundo no qual estão inseridos e produzir uma nova realidade. Para Marx, o mundo e o homem são seres históricos que se modificam de acordo com as suas necessidades em cada época histórica.

Marx vai além na análise do trabalho e verifica o trabalho determinado pelas contradições da propriedade privada. Segundo o autor, no modo de produção burguesa, o trabalho perde a sua essência como atividade vital humana e torna-se uma atividade estranhada, em uma relação de propriedade privada e na geração de mais valia. Marx (2008) vai dizer que o trabalho deixou de ser trabalho vital para a sobrevivência da humanidade e se tornou uma atividade imposta extrínseca, forçada, dolorosa; voltada para a produção de valor de troca necessária para o enriquecimento da burguesia. O trabalho aparece em sua forma negativa, de modo que o homem trabalha não para se realizar, mas para satisfazer os interesses do capital e suas necessidades imediatas.

Marx conclui que, no modo de produção capitalista, o trabalhador torna-se uma mercadoria miserável e que essa miséria aumenta na mesma proporção da grandeza de sua produção. O autor desvela tal fato porque compreende “a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência etc., de todo esse estranhamento com o sistema do dinheiro” (Marx, 2004, p. 80).



Marx parte de um fato concreto, de uma situação econômica atual, qual seja, a miséria real do trabalhador, para chegar até a dita verdade do sistema produtor de mercadorias, em que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” (Marx, 2004, p. 80). Essa situação demonstra que há uma supervalorização do mundo das coisas em detrimento da valorização do ser humano, além do objeto produzido pelo próprio trabalhador ser algo estranho para si.

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. [...] A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (Entfremdung) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (Marx, 2004, p. 80-81).

Nesta perspectiva, o trabalho humano, que deveria proporcionar melhores condições de existência para os indivíduos, cria, na verdade, uma realidade de sofrimento e miséria para uma parcela social: a classe trabalhadora. Com base em Marx, quanto mais o trabalhador põe de si nos objetos que cria, no mundo, mais este se torna estranho; e quanto mais trabalha, mais pobre fica e mais poderoso torna-se este mundo estranhado frente a ele. A atividade vital deixa de ser realização do ser humano e cada vez mais sua condição humana pertence menos a si, levando ao seu autoestranhamento. Sendo assim, vemos que a propriedade humano-social se transforma em uma propriedade privada, isto é, o homem estranha seu trabalho por não possuir os meios de produção e figurar como uma mercadoria que se vende como força de trabalho para aqueles que são possuidores dos meios de produção e que passam a deter um poder sobre a sua atividade.

Ainda no contexto do trabalho estranhado, Marx defende que o homem não é apenas um elemento da natureza, ele é um ser para si e para os outros mediante os objetos por ele produzidos, formando um conjunto de relações sociais.



Sabe-se que o homem é um ser social. Seja por intermédio da atividade coletiva ou individual, é a partir do trabalho que transparece a essência social do homem, ou seja, o homem é uma totalidade humana, que envolve particularidades e universalidades. Essa interação entre os indivíduos ocorre por meio do trabalho, “que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, com o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem” (Marx, 2004, p. 86). O trabalho estranhado está no estranhamento do homem em relação ao outro homem, na perda da sociabilidade humana.

Diante do estranhamento do ser social do homem relacionado com o seu estranhamento no trabalho, Marx (2004) vai dizer que, na medida em que o trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho, o produto do seu trabalho caracteriza uma atividade alienada, contudo, explicita que o problema não está na produção, mas na apropriação. Por isso, Marx menciona ainda que

[...] se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora o trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem (Marx, 2004, p. 86).

Salienta ainda que se o produto do trabalho não pertence ao produtor, é porque pertence a outro. Ele pertence ao homem capitalista, aquele que não é o produtor, mas que possui os meios de produção e que usufrui dos produtos do trabalho alheio. Isto é, se a atividade do trabalho é dolorosa, “então ela tem de ser fruição e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem” (Marx, 2004, p. 86). Existe aí uma relação de dominação de um sobre o outro, bem como quanto mais o trabalhador produz, maior é a sua miséria e maior ainda é o poder, a dominação do proprietário dos meios de produção. Marx profere que:

Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele



engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação (Entwirklichung), para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (Fremde) a atividade não própria deste (Marx, 2004, p. 87).

O trabalho é uma condição natural e eterna do homem. Entretanto, ao mesmo tempo em que acontece a separação do homem em relação ao seu trabalho, o produto do trabalho aliena o homem de si mesmo, assim como o homem aliena a relação com os outros homens.

A educação para o trabalho

É visto que as relações sociais de trabalho e os modos de produção econômica sempre sofreram alterações ao longo da história, fosse por questões históricas, políticas, econômicas, fosse por necessidade cultural e de manutenção de sobrevivência da humanidade. Destaca-se que diferentes modos de produção existiram na existência humana impulsionando cada período histórico, como o modo de produção primitivo, escravista, feudal e capitalista. Ousamos afirmar que em todos eles os trabalhadores, com exceção do modo primitivo, eram despossuídos de renda e meios de produção. Para Saviani (2003, p.133), “[...] conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto, o modo como o ser humano trabalha, mudam as formas pelas quais os homens existem”. Paralelamente, diferentes processos formativos se instituem com as diversas finalidades e objetivos da produção e da acumulação de capital. O trabalho humano, a formação profissional e a educação, isto é, todas as mudanças fornecem uma variedade de ideias e conceitos para atender às demandas do mercado capitalista.

Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la, [...] Se é o trabalho que constitui a realidade humana, e se a formação do homem está centrada no trabalho – isto é, no processo pelo qual o homem produz a sua existência –, é também o trabalho que define a existência histórica dos homens (Saviani, 2003, p.133).



Sabe-se que o trabalho humano e as relações sociais de produção vêm se transformando ao longo da história da humanidade. Cabe ressaltar que é no modo de produção capitalista que a formação do trabalhador ganha relevância e centralidade, devido à necessidade de ajustar o trabalho de acordo com as necessidades do modo de produção vigente, ou seja, ajustá-los aos princípios e concepções norteadoras de uma economia, focada na automação industrial, na tecnologia e na globalização dos mercados.

Marx especifica que a natureza do trabalho e as mudanças da economia decorrentes da história são provenientes da compreensão da importância que se atribui ao trabalho humano, do valor social e econômico, assim como da luta que empregam os trabalhadores para que seja ressignificado e também dimensionado, pois, “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 1999, p. 297). As relações de produção e as relações sociais ganham nova dimensão, de modo que aos donos do capital e dos meios de produção cabe a compra da força de trabalho humana, sendo que prevalece a produção e o lucro ignorando qualquer forma de trabalho na dimensão humana.

Tendo em vista que a educação se constitui a partir das relações de trabalho em seus diferentes modos de sociedade, Frigotto (2015, p. 229) ressaltava que a relação entre trabalho e educação “resulta de um processo histórico, que se define claramente na constituição do modo de produção capitalista que, por sua vez, rompe com as formas de trabalho escravo e servil e com as ideias dominantes do clero e da nobreza, mas não elimina as classes sociais”. Saviani entende que “a partir do momento em que a apropriação da terra – que era, então, o meio de produção fundamental – assume a forma privada, surge a classe dos proprietários; estes, por deterem a propriedade da terra, colocavam para trabalhar aqueles não proprietários” (Saviani, 2015, p. 81). O referido contexto constitui “[...] o modo de produção antigo ou escravista, no qual os escravos trabalhavam para produzir a sua existência e a de seus senhores” (Saviani, 2016, p. 81). Os donos das terras, por dominar quem de fato produz, fizeram surgir “uma classe ociosa, que não precisa trabalhar para



sobreviver porque o trabalho de outros garante a sua sobrevivência. É aí que podemos localizar a origem da escola” (Saviani, 2016, p. 81).

Para Saviani (2000, p. 2), a origem da educação e da categoria trabalho é compatível com a própria existência humana. Isto é,

[...] as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. A medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isto podemos dizer que o trabalho define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Isto faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como ele produz sua existência.

212

O autor complementa ainda que a educação surge a partir da divisão dos homens em classes: “a classe dos proprietários e dos não-proprietários”. Com essa divisão, provoca-se uma divisão também na educação, marcando a questão educacional e o papel da escola. Nota-se que a relação trabalho e educação vai assumindo dupla identidade, no sentido de propor uma educação diferenciada para cada uma das classes, isto é, marcado pela dualidade entre aqueles que pensam (intelectual) e aqueles que agem (manual).

Tratando-se da relação entre classes e o surgimento da escola, Saviani (2000) evidencia que

[...] a escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social.

A formação do trabalhador é constituída a partir de educação subordinada à lógica de mercado e trabalho, sendo crucial nesta formação a dimensão técnica e prática, em que predomina o conhecimento baseado na lógica e instrumentalização de procedimentos, sendo que o saber fazer antecede o como fazer. A lógica capitalista cria novos mecanismos de



produção, de modo que o trabalho se constitui de maneira fragmentada, parcelada e instrumentalizada. Um trabalho desenvolvido separado, no campo intelectual, manual e braçal que, para o capital, tem como intencionalidade dissociar o pensar e o agir da produção da mercadoria.

Na escola, o trabalho tem relação em seu currículo com elementos que norteiam a estrutura e a superestrutura da sociedade capitalista. De certo modo, leva-nos a enxergar a formação do indivíduo para o trabalho, tanto de maneira direta quanto indireta, como demonstra Saviani (2007):

Uma vez que o princípio do trabalho é imanente à escola elementar, isso significa que no ensino fundamental a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta. Ou seja, o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar em função da incorporação dessas exigências na vida da sociedade. A escola elementar não precisa, então, fazer referência direta ao processo de trabalho, porque ela se constitui basicamente como um mecanismo, um instrumento, por meio do qual os integrantes da sociedade se apropriam daqueles elementos, também instrumentais, para a sua inserção efetiva na própria sociedade (Saviani, 2007, p. 160-161).

Marx, em seus escritos do século XIX, já discordava desse sistema de produção. Defendia a junção entre educação e trabalho, ou seja, a formação intelectual e trabalho produtivo, no sentido de que a formação acontecesse unificando os saberes do campo científico e tecnológico do trabalho, bem como da educação em conjunto com os processos produtivos, o que denominou como formação politécnica. Saviani (2007) enfatiza que o sujeito precisa dominar conhecimentos além dos básicos; necessita de outros conhecimentos práticos que contribuem também com o processo de trabalho na sociedade.

Tem-se que historicamente a educação foi prioridade da classe burguesa, pois os burgueses sempre tiveram acesso ao conhecimento para a formação intelectual, especificamente na sociedade moderna, capitalista, que introduziu mudanças nas técnicas utilizadas de produção, tornando a ciência e a tecnologia os meios para alavancar a produção econômica, enquanto a classe trabalhadora, sobretudo aqueles que viviam no campo, recebia uma educação limitada, fragmentada, conhecimento suficiente apenas para suprir as necessidades da sociedade capitalista. A referida compreensão do trabalho



se caracterizou no modo de produção taylorista/fordista, em que o trabalho se desenvolveu por meio das divisões de tarefas, dos movimentos mecanizados e repetitivos objetivando a melhor produção da classe trabalhadora, promovendo a alienação da etapa produtiva, fator que está relacionado com as propostas de educação para a formação do trabalhador, pois, segundo Smith, era preciso oferecer educação aos trabalhadores, não toda educação, mas a educação básica, o essencial para instrumentalizar o homem e inseri-lo no processo produtivo.

A instrução para os trabalhadores era importante; à medida que os trabalhadores dispusessem de educação básica, se tornavam mais aptos para viver na sociedade, e se inserir no processo produtivo, se tornavam mais flexíveis, com pensamento mais ágil e mais adequado à necessidade da vida moderna. Adam Smith percebia isso no nível da educação básica. Daí a famosa frase a ele atribuída: "Instrução para os trabalhadores, porém, em doses homeopáticas". Quer dizer, é preciso um mínimo de instrução para os trabalhadores e este mínimo é positivo para a ordem capitalista, mas, ultrapassando esse mínimo, entra-se em contradição com essa ordem social (Saviani, 2009, p.160).

De acordo com Saviani, a formação dos que necessitavam trabalhar, isto é, produzir diretamente os meios de existência, acontecia no próprio processo de trabalho, ao passo que a formação dos que não necessitavam produzir diretamente os meios de vida ocorria fora do trabalho, em um espaço e tempo próprios, definidos como escola. Logo, os primeiros se educavam fora da escola e/ou mesmo na escola, mas de forma dosada. No caso dos segundos, o conhecimento ocorria na escola de forma integral. A formação do trabalhador destinava-se apenas à obtenção das habilidades e técnicas que atendessem às necessidades do sistema produtivo.

São notáveis os objetivos do capital ao propiciar conhecimentos de forma segmentada. Sem ofertar o conhecimento na sua totalidade aos trabalhadores, busca apenas ampliar a produção e promover a alienação do trabalho e do trabalhador. A alienação soma-se à condução ideológica no intuito de sustentar as diretrizes hegemônicas da classe que detém o poder para, com isso, manter o controle e a exploração dos trabalhadores. Como



parte do sistema produtivo, busca expropriar o trabalhador e se apropria dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Foi a partir das transformações do modo de produção capitalista, em que os trabalhadores são excluídos das antigas formas de produção para ser incluídos novamente em formas precárias de produção, que a sociedade passa a exigir um novo trabalhador que se adapte às necessidades do mercado de trabalho. Por isso, a escola torna-se peça fundamental para que essa adaptação aconteça.

O novo tipo de produção racionalizada demandava um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para cuja educação eram insuficientes os mecanismos de coerção social; tratava-se de articular novas competências a novos modos de viver, pensar e sentir, adequados aos novos métodos de trabalho caracterizados pela automação, ou seja, pela ausência de mobilização de energias intelectuais e criativas no desempenho do trabalho. A ciência e o desenvolvimento social por ela gerado, pertencendo ao capital e aumentando a sua força produtiva, ao se colocarem em oposição objetiva ao trabalhador, justificavam a distribuição desigual dos conhecimentos científicos e práticos, contribuindo para manter a alienação, tanto da produção e do consumo, quanto da cultura e do poder (Kuenzer, 2007, p. 1155).

De acordo com Kuenzer (2007), o novo tipo de trabalho demandava concepções de mundo que fizessem com que o trabalhador se mantivesse alienado. Ademais, exigia que este trabalhador tivesse comportamentos e atitudes que suprissem as necessidades do capital. Esta fragmentação, ou seja, aquilo que a autora chama de separação entre trabalho instrumental e intelectual, “expressou-se por meio da oferta de escolas que se diferenciavam segundo a classe social que se propunham a formar: trabalhadores ou burgueses” (Kuenzer, 2007, p. 1155- 1156). Com a fragmentação do trabalho pedagógico, explicita-se a dualidade da escola e, com isso, o seu currículo não possibilita discussões em sua totalidade, responde apenas às demandas da sociedade capitalista.

Estas novas formas de disciplinamento vão contemplar o desenvolvimento de subjetividades que atendam às exigências da produção e da vida social, mas também se submetam aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório



e desumano da força de trabalho. Para atender a estas demandas, o discurso da acumulação flexível sobre a educação aponta para a necessidade da formação de profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea, ao invés de profissionais rígidos, que repetem procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência (Kuenzer, 2007, p. 1159).

Ao trabalhador que possuía apenas uma formação básica restava apenas a formação técnica, aligeirada, voltada para os interesses do mercado capitalista com finalidades e objetivos de produção e acumulação de riqueza e de capital. Dessa maneira, o trabalho exige novas habilidades e a escola torna-se responsável por essa mediação, isto é, a forma encontrada pela burguesia para garantir a manutenção da acumulação de capital é a produção e reprodução da força de trabalho, a fim de garantir a continuidade da existência de uma sociedade de classes. Para Mészáros (2008, p. 16), “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos”.

Marx (2013) em seus estudos discute a exploração dos trabalhadores, que se tornaram livres vendedores de sua força de trabalho. Sabemos que a partir do momento em que a sociedade feudal se dissolvia, os trabalhadores perdiam seus meios de produção, sendo expropriados de suas terras pela aristocracia fundiária e burguesa que vinha surgindo. Ocorreu a passagem do artesanato para a formação industrial, sendo destruídas a identidade e as práticas do artesão para transformá-lo em trabalhador dividido. No atual regime de acumulação capitalista, é preciso destruir o especialista para dar lugar ao trabalhador flexível, multitarefa (Kuenzer, 2007).

Se, no caso dos trabalhadores do núcleo duro, a flexibilização resulta da qualificação, no caso dos trabalhadores periféricos ela resulta da desqualificação. Para a formação/disciplinamento destes dois grupos, a educação básica atua de modo diferenciado: para os primeiros, assume caráter propedêutico, a ser complementada com formação científico-tecnológica e socio-histórica avançada. Para os demais, assume o caráter de preparação geral que viabiliza treinamentos aligeirados, com foco nas diferentes ocupações em que serão inseridos ao longo das trajetórias laborais, em diferentes pontos de distintas



cadeias produtivas; de todo modo, nestes casos, a educação básica, completa ou, na maioria das vezes, incompleta, resulta em formação final e contribui para a flexibilidade por meio da desqualificação (Kuenzer, 2007, p. 1164-1165).

De um lado, a autora denomina esse processo como “exclusão includente na ponta do mercado, que exclui para incluir em trabalhos precarizados ao longo das cadeias produtivas”. Por outro lado, “dialeticamente complementada pela inclusão excludente na ponta da escola, que, ao incluir em propostas desiguais e diferenciadas, contribui para a produção e para a justificação da exclusão” (Kuenzer, 2007, p.1165). A autora ressalta que a dualidade estrutural, apesar de negada acumulação flexível, se fortalece a cada dia de maneiras diferentes. Por um lado, exige-se mais escolaridade na medida em que a cadeia produtiva se complexifica com a inserção de novos aparatos e formas de organização. Por outro lado, intensifica o número de trabalhadores desqualificados sendo estes incorporados em trabalhos cada vez mais precários.

Se antes existiam pessoas que dominavam a arte do início ao fim, já não existe mais, pois essa habilidade foi fracionada em outras habilidades, perdendo a habilidade do domínio do processo produtivo sendo, então, subvertido dentro do sistema capitalista. De todo esse processo, restava apenas vender sua força de trabalho como única forma de subsistência. O capitalismo avança no momento em que “grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres” (Marx, 2013, p. 516). Uma suposta liberdade que aos serem expropriados de suas terras criou homens livres e vendedores da única posse que lhes restava: sua força de trabalho que, naquele momento, passava a ser explorada pela nova organização da força de produção: a burguesia.

No contexto em que a educação está atrelada aos interesses da classe dominante, cumpre alertar que, no Brasil, Frigotto (2006) chama a atenção para a pura negatividade da ciência, da técnica e da tecnologia em face da sua subordinação aos processos de exploração e alienação do trabalhador como força cada vez mais produtiva e da reprodução ampliada do capital. Tornando-

se alvo de uma disputa de projetos sociais da existência humana, o capitalismo, além de desumanizar os trabalhadores, cria entre eles uma disputa, o que leva ao individualismo e perpetua a situação entre classes. O autor acredita que toda essa negação de direitos conduz a uma armadilha para aqueles que lutam pela superação do sistema capitalista de relações sociais.

De acordo com Frigotto (1999, p. 40) “[...] o processo educativo escolar ou não, é reduzido à função de produzir, um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos, que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e conseqüentemente produção”. A educação se torna um polo de disputa hegemônica. Por isso, é necessário aprendê-la a partir desta realidade e ir em busca de possíveis mudanças na sua estrutura.

Diante dessa compreensão, é possível perceber que

[...] as relações sociais capitalistas constituem um bloco histórico dentro do qual se articulam dimensões da estrutura econômico-social e da superestrutura ideológica e política. Isso significa que, dentro de uma compreensão dialética da realidade histórica, as dimensões econômicas, científicas, técnicas e políticas da educação se constroem de forma articulada por diferentes mediações e, por se darem numa sociedade de classes, se produzem dentro de contradições, conflitos, antagonismos e disputas (Frigotto, 2006, p. 241).

O autor complementa ainda que, apesar de a educação na sociedade capitalista ter a função de reprodução das relações sociais dominantes, ela não é a única que contribui com a formação do sujeito, existindo outras influências. Deve-se levar em conta que a educação no contexto geral ocorre “[...] nas relações sociais e nos processos educativos e de conhecimentos específicos que se produzem na escola e nos processos de qualificação técnica e tecnológica que interessam à classe trabalhadora e a seu projeto histórico de superação do modo de produção capitalista” (Frigotto, 2006, p. 241).

Nesse sentido, existe

[...] a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por conseqüência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação



da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação (Frigotto, 2006, p. 241).

Caso contrário, corremos o risco de contribuir com a manutenção da valorização do capital em detrimento dos aspectos humanos. Para Bezerra Neto (2013, p. 13):

219

[...] [p]ensando na formação dos trabalhadores em geral e os do campo em particular, não se espera que estes tenham uma formação interessada, mas como na sociedade capitalista este tipo de saber é necessário para a inserção social e no trabalho, é importante que os conhecimentos que são difundidos por esta instituição sejam democratizados, no sentido de estenderem a todos, até porque, à medida que os trabalhadores estiverem de posse desses conhecimentos eles poderão voltar para com o acúmulo que pode lhes permitir refletir sobre a sua condição social e agir de forma mais sistemática na sua realidade.

Ressalta-se que esse contexto é fruto de um processo histórico no qual o trabalho se converte em uma relação de propriedade privada e na geração de mais valia. Logo, enquanto a divisão em classes não for superada, a sociedade capitalista cumpre o seu propósito de [...] “eternizar o domínio do capital, a escravidão do trabalho” (Marx, 2012, p. 48), enquanto a escola se mantém como ferramenta estratégica do capital, atrelada aos interesses dominantes, como forma de reprodução de princípios e fundamentos da economia capitalista favorecendo a manutenção da hegemonia do modelo de sociedade vigente.

Considerações finais

Vimos, portanto, que o trabalho aparece como categoria fundamental para se compreender o sistema teórico defendido por autores marxistas. Assim, a forma alienada como o trabalho acontece na sociedade capitalista caracteriza um eixo central da crítica de Marx a esse sistema que explora e exclui. De acordo com a concepção marxista, o trabalho deve figurar como um elemento mediador que permite o desenvolvimento das capacidades humanas. Todavia, o trabalho alienado se apresenta como um obstáculo a esse desenvolvimento. No trabalho alienado, o trabalhador não se reconhece no



produto do seu trabalho. Não enxerga como sua criação, não tem compreensão do todo, ou seja, do resultado final do seu trabalho, o que implica no desenvolvimento de suas potencialidades, acarretando a desumanização do trabalhador. Com isso, o trabalhador, trabalha tão somente para satisfazer suas necessidades vitais. Logo, somente a superação do trabalho alienado a partir do fim da propriedade privada dos meios de produção vai permitir ao ser humano o desenvolvimento de suas capacidades.

Pensar a educação que envolve a classe trabalhadora significa compreender as novas/velhas formas de consumo da força de trabalho a partir da integração produtiva. Na visão da classe dirigente, em relação à necessidade da elevação dos níveis de conhecimento, o que esta requer é que a classe trabalhadora tenha apenas o nível que possibilite estar disponível para a produção e o consumo de suas mercadorias nas cadeias produtivas. Assim, o oferecimento de força de trabalho com qualificações desiguais e diferenciadas possibilita as mais diferentes formas de contratações, dentre estas a imposição de acordos em condições de trabalho terceirizado e salários precários, temporários, como também o trabalho infantil assegurando a elevada produtividade para aqueles que detêm os meios de produção por meio da expropriação do trabalho mediante a apropriação da mais valia, isto é, do tempo de trabalho não pago e, portanto, da alienação do trabalhador (Kuenzer, 2007).

É importante esclarecer que não entendemos a prática educativa como a solução para os problemas da sociedade atual, mas como instrumento de luta que objetiva desvendar, pela raiz, o caráter alienante do trabalho e buscar meios para se construir uma nova consciência a partir da realidade material que se constitui sob o modo de produção capitalista. Marx entende que apenas a classe operária, trabalhadora, é capaz de revoltar-se contra o sistema vigente, não porque ela sofre a maior opressão, mas porque sofre a maior opressão somada à exploração. Para tanto, é necessário que os trabalhadores, diante da situação de opressão a que são submetidos, percebam que devem ser reconhecidos por sua classe. É preciso notar que os interesses entre capitalistas



e trabalhadores são antagônicos. Por isso, a riqueza gerada pelo trabalhador busca apenas beneficiar os proprietários dos meios de produção.

Assim como Marx, Frigotto (2006) também acredita que a superação do capitalismo somente pode ser atingida pela luta de classes. Os autores ponderam que o caminho para essa superação de travessia é a construção da sociedade socialista. Logo, a classe trabalhadora tem como tarefa histórica a transformação da estrutura econômica, política e social, superando o trabalho alienado e o modo de produção capitalista sendo somente possível à medida que os trabalhadores passam a ter consciência da sua condição de classe oprimida e conquistem aquilo que a classe dominante tem como determinante.

Marx menciona que o socialismo resultaria da consciência emancipadora de classe dos trabalhadores. Para tanto, requer desenvolver a consciência de classe por meio da organização sindical, política, do trabalho de base, da militância de partidos revolucionários dentre outros. Parafraseando Frigotto (2006), o ponto central situa-se na elevação moral e intelectual das massas, ou seja, na disputa de corações e mentes no campo ético-político e ideológico. Demanda mudanças que se efetivem historicamente nos processos e nas relações de produção; isto é, a superação do trabalho alienado requer a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Outrossim, tem-se o trabalho e a educação como categorias fundantes do ser social, de modo que se seja possível se afastar da condição alienante e se aproximar da condição de uma práxis emancipatória de ser humano, além da lógica do capital.

Referências

BEZERRA NETO, L. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. 2003. 343f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2003.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed FIOCRUZ, 2006. p. 241-288.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.



FRIGOTTO, G. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/2729/2296>. Acesso em: jan. 2024.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e sociedade**, v. 28, 1.153-1.178, 2007.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **As lutas de classes na França**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, D. **O Trabalho como Princípio Educativo Frente as Novas Tecnologias**. 2009. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/1SF/o_trabalho_como_principio_educativo_frente_as_novas_tecnologias.pdf

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 12, n.34, Jan./abr. São Paulo. 2007, p. 152-165.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxpzrCX5GYtgFpr7VbhG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em jan. 2023.

SAVIANI, D. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, jun. 2015.

SAVIANI, D. **A Pedagogia Histórico Crítica e a Educação do Campo**. In: Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando. 2016.



WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica marxista**, v.1, n.10, p.12-29,1998. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

Sobre a Autora

223

Elane Rodrigues de Oliveira

elane.ufscar@yahoo.com.br

Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE-UFSCar- Universidade Federal de São Carlos, *campus* São Carlos-SP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Educação do Campo-GEPEC.

